



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

---

---

**RESOLUÇÃO Nº 169/20**

CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO : 45ª EM: 10/06/2020  
PROCESSO : Nº 1759/2019 - PROTOCOLO Nº 8928/2019 (27.11.2019)  
REQUERENTE: FRANCISCO MONTEIRO BARBOSA EIRELI  
ASSUNTO : RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS  
RELATOR : JARBAS MENEZES DE ALBUQUERQUE

**EMENTA:** RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS – ICMS/DIFAL - RECOLHIDO EM OPERAÇÃO NORMAL EXPORTAÇÃO IRREGULAR - **NOTA FISCAL DE ENTRADA Nº. 000.071.477**, EMITIDA EM 12/08/2019 - **MERCADORIAS ADQUIRIDAS COM OS BENEFÍCIOS DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO/ALC** PARA VENDAS NO MERCADO INTERNO DE BOA VISTA/RR - AS MERCADORIAS OBJETO DO PEDIDO **NÃO FORAM ADQUIRIDAS COM FINS ESPECÍFICOS DE EXPORTAÇÃO** - **NOTA FISCAL DE EXPORTAÇÃO Nºs 20058** (EMITIDA EM 10/09/2019) - **IMPOSSIBILIDADE DE CONFIRMAR SE AS MERCADORIAS ADQUIRIDAS FORAM AS MESMAS EXPORTADAS** - **DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS E QUANTIDADES CONSTANTES NAS NOTAS DE ENTRADAS DIFERENTES DAS INDICADAS NA NOTA DE EXPORTAÇÃO** - **IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DOS BENEFÍCIOS DA ALC É DA ISENÇÃO DE ICMS POR EXPORTAÇÃO** - **INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 704-Q, 704-R e 704-S, TODOS DO RICMS/RR** - **PEDIDO INDEFERIDO** - DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

**RELATÓRIO**

Trata-se do pedido de restituição de tributos, no valor de **R\$ 2.082,70** (dois mil, oitenta e dois reais e setenta centavos), sob a alegativa de ter pago indevidamente **ICMS/DIFAL**, decorrente de AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS COM OS BENEFÍCIOS DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO, por meio da NOTA FISCAL ELETÔNICA DE ENTRADA sob o nº **000.071.447**, emitida em **(12/08/2019)**, referentes a **1.078 CAIXAS de MARGARINA DELINE COM SAL - 500g** (fls. 03), já que tais mercadorias foram VENDIDAS e PARCIALMENTE EXPORTADAS através da NOTA FISCAL DE SAÍDA/EXPORTAÇÃO sob o nº. **20058**, emitida em **(10/09/2019)**, para a empresa CORPORACION GLOBAL INTERNACIONAL C.A, situada em SANTA ELENA DE UAIREN - VENEZUELA, referindo-se a **9000 KG de MARGARINA DELINE COM SAL 500G (12x500)** e **18.000 KG de MARGARINA DELINE 250G (24x250)**-(fls.04).

Constam nos autos os seguintes documentos:

---

---



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 02

01. Requerimento do contribuinte (fls.02);

02. DANFE ELETRÔNICA DE ENTRADA nº **000.071.447**, emitida em **(12/08/2019)**, referentes a AQUISIÇÃO de **1.078 CAIXAS de MARGARINA DELINE 500G** (fls.03);

03.DANFE de SAÍDA nº. **20058, emitida em (10/09/2019)**, referente a VENDA de EXPORTAÇÃO PARCIAL DE 9.000KG de MARGARINA DELINE COMSAL – 500G (12 X 500) e 18.000 KG de MARGARINA DELINE 250G (24 X 250G)-(fls.04);

04. Cópia do EXTRATO SIMPLIFICADO DO DU-E 19BR001232745-9 (fls.05);

05. Cópias da CRT-Carta de Porte Internacional por Carretera (fls.06); do MIC-Manifesto Internacional de Cargas Rodoviária (fls.07), Cópia da FATURA/ROMANEIO EXP2019016 (fls.08);

06. Cópias do DARE e do comprovante de pagamento do ICMS/DIFAL, referente a NOTA FISCAL de ENTRADA nº 71447(fl.09 e 10);

07.Cópias do DARE e do comprovante da TAXA DE EXPEDIENTE (fls.11 e 12).

O chefe da Agência de Rendas de Boa Vista, envia o Processo à Presidência do Contencioso Administrativo Fiscal (fls.13), que por sua vez remete à douta Procuradoria Fiscal (fls.14), que emite o Parecer nº 167/2019/CONSULTORIA/SEFAZ/PGE/RR, pelo INDEFERIMENTO do pedido, por inobservância das exigência legais dos Arts. 704-Q, 704-R e 704-S, todos do RICMS/RR (fls. 15/16).

É relatório.

**VÍDEOCONFERÊNCIA**  
**JARBAS MENEZES DE ALBUQUERQUE**  
Conselheiro Relator

## VOTO

Trata-se de pedido de restituição de ICMS/DIFAL, no valor de **R\$ 2.082,70** (dois mil, oitenta e dois reais e setenta centavos), recolhido em OPERAÇÃO NORMAL DE ENTRADA DE MERCADORIAS ADQUIRIDAS NOUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (VITÓRIA DE



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 03

SANTO ANTÃO - PERNAMBUCO-PE), através da **NOTA FISCAL sob o nº 000.071.447**, emitida em 12/08/2019 (fls.03), com a natureza da operação de VENDA DE PRODUTOS ESTAB. DESTINADAS PARA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO-ZONA FRANCA, referentes a 1.078 CAIXAS DE MARGARINA DELINE COM SAL DE 500G, (fls.03), sob a alegação de que posteriormente fora EXPORTADA PARCIALMENTE, por meio da **NOTA FISCAL DE SAÍDAS/EXPORTAÇÃO sob os Nºs 20058**, emitidas em 10/09/2019, constantes de dois itens: um com 9.000 MIL KG DE MARGARINA DELINE C/SAL 500G (12 X 500G), e um outro com MARGARINA DELINE 250G (24x250G), sendo que este item nem consta na NOTA FISCAL de ENTRADA (fls.03/04).

Os parâmetros legais da restituição estão assegurados no Código Tributário Nacional-CTN, em seu Art. 165, Incisos I e no Art. 98 do Regulamento do ICMS, in verbis:

**“CTN:**

**“Art. 165.** O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido”;

**RICMS/RR:**

**“Art. 98.** As importâncias relativas ao imposto, indevidamente recolhidas aos cofres do Estado, serão restituídas, no todo ou em parte, a requerimento do interessado”.

Ademais, o pedido de restituição deve vir acompanhado de todos os documentos e elementos necessários que comprove o efetivo recolhimento tido como indevido, e a prova que evidencie essa ocorrência, nos termos do Art. 68, da Lei de Regência do CAF nº 72/94, a seguir transcrito:

**“Art. 68.** O requerimento de que trata o artigo anterior será apresentado ao Órgão local da circunscrição fiscal do domicílio do requerente e deverá conter:

I – qualificação do requerente;

a) nome, firma, razão ou denominação social e endereço;

b) números de inscrição no CGC, CGF, CPF/CI, ou de outra a que estiver obrigado;

II – exposição completa e circunstanciada dos fatos que motivaram o pedido e sua fundamentação legal;

III – cópia dos seguintes documentos:

a) comprovante do recolhimento tido como indevido e, na hipótese de pagamento em duplicidade, de prova que evidencie esta ocorrência;



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 04

- b) auto de infração ou notificação que tenha dado origem ao recolhimento tido como indevido, se for o caso;
- c) outros que o requerente entender necessário para melhor instrução do pedido;
- IV – prova, quando for o caso, de que os destinatários das operações ou prestações estornaram ou não utilizaram o crédito fiscal referente à importância pleiteada;
- V – prova de que o requerente assumiu o encargo do pagamento, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-lo;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Fiscais do requerente para com a Fazenda Pública Estadual.”

Vale ressaltar que NAS EXPORTAÇÕES PROPRIAMENTE DITAS NÃO HÁ incidência do ICMS, conforme disposto no art. 4º, inciso II, do RICMS/RR, in verbis:

“**Art. 4º.** O imposto não incide sobre:

(...)

II – operações e prestações que destinem ao exterior, mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados, ainda que semi-elaborados, ou serviços utilizados para realizar a exportação;

(...)”

Ocorre que essa não incidência só deve ser adotada quando devidamente provada a exportação e se observados os requisitos pertinentes, dentre os quais (desembaraço aduaneiro, etc). Aliás, essa operação fiscalizatória se foi ou não exportada é de competência da Receita Federal.

Vejamos o que prescreve os dispositivos do REGULAMENTO do ICMS/RR, que tratam especificamente das EXPORTAÇÕES, onde neles exige-se a observância aos requisitos e procedimentos relacionados à indigitada exportação de mercadorias, conforme preceitua os **artigos 704-Q, 704-R e 704-S, todos do RICMS**), aprovado pelo Decreto nº. 4.335-E, de 03 de agosto de 2001, e alterações, in verbis:

“**Art. 704-Q.** Nas saídas de mercadorias com o fim específico de exportação, de que tratam o inciso II e o § 3º do art. 4º, promovidas por contribuintes localizados neste Estado, para empresa comercial exportadora (“trading company”) ou outro estabelecimento da mesma empresa, o estabelecimento remetente deverá emitir nota fiscal contendo, além dos requisitos exigidos pela legislação, no campo “Informações Complementares”, a expressão “remessa com o fim específico de exportação.”

§ 1º Ao final de cada período de apuração, o remetente encaminhará à repartição fiscal do seu domicílio tributário as informações contidas na nota fiscal, em meio magnético, observado o disposto no Manual de Orientação do Sistema de Processamento de Dados contido na cláusula trigésima segunda do



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 05

Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, podendo, em substituição, ser exigidas em listagem.

§ 2º Para os fins deste artigo, entende-se como empresa comercial exportadora ("trading company") a empresa comercial que realize operações mercantis de exportação, inscrita no Cadastro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

§ 3º Fica o produtor rural dispensado da obrigação prevista no § 1º.

**Art. 704-R.** O estabelecimento destinatário, ao emitir nota fiscal com a qual a mercadoria, total ou parcialmente, será remetida para o exterior, fará constar, nos campos relativos às informações complementares:

I – o CNPJ ou o CPF do remetente;

II – o número, a série e a data de cada nota fiscal emitida pelo estabelecimento remetente;

III – a classificação tarifária NCM, a unidade de medida e o somatório das quantidades das mercadorias por NCM, relativas às notas fiscais emitidas pelo estabelecimento remetente.

**Parágrafo único.** As unidades de medida das mercadorias constantes nas notas fiscais do destinatário deverão ser as mesmas das constantes nas notas fiscais de remessa com o fim específico de exportação dos remetentes.

**Art. 704-S.** Relativamente às operações de que trata deste Capítulo, o estabelecimento destinatário, além das demais obrigações previstas neste Regulamento, deverá emitir o documento denominado "Memorando-Exportação", de acordo com o modelo constante do Anexo IV, em duas vias, contendo, no mínimo, as seguintes indicações:

I – denominação "Memorando-Exportação";

II – número de ordem e número da via;

III – data da emissão;

IV – nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CNPJ, do estabelecimento emitente;

V – nome, endereço e números de inscrição, estadual e no CNPJ ou CPF, do remetente da mercadoria;

VI – série, número e data da nota fiscal de remessa com o fim específico de exportação;

VII – série, número e data da nota fiscal de exportação;

VIII – números da Declaração de Exportação e do Registro de Exportação por Estado produtor/fabricante;

IX – identificação do transportador;

X – número do Conhecimento de Embarque e data do respectivo embarque;

XI – a classificação tarifária NCM e a quantidade da mercadoria exportada por CNPJ/CPF do remetente;

XII – país de destino da mercadoria;

XIII – data e assinatura do emitente ou seu representante legal;

XIV – identificação individualizada do Estado produtor/fabricante no Registro de Exportação.

§ 1º Até o último dia do mês subsequente ao do embarque da mercadoria para o exterior, o estabelecimento exportador encaminhará ao estabelecimento remetente a 1ª via do "Memorando-Exportação", que será acompanhada:

I – da cópia do Conhecimento de Embarque;

II – do comprovante de exportação;

III – do extrato completo do Registro de Exportação, com todos os seus campos;

IV – da Declaração de Exportação.



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 06

§ 2º A 2ª via do memorando de que trata este artigo será anexada à 1ª via da nota fiscal do remetente ou à sua cópia reprográfica, ficando tais documentos no estabelecimento exportador para exibição ao fisco.

§ 3º Até o último dia do mês subsequente ao do embarque da mercadoria para o exterior, o estabelecimento exportador encaminhará ao fisco, quando solicitado, a cópia reprográfica da 1ª via da nota fiscal da efetiva exportação.

§ 4º O estabelecimento destinatário exportador, localizado neste Estado, deverá entregar as informações contidas nos registros Tipos 85 e 86, conforme Tabela I do Manual de Orientação aprovado pela cláusula trigésima segunda do Convênio ICMS 57/95”.

Dito isto, passamos a tecer algumas importantes considerações a respeito da **RESTITUIÇÃO** e da **EXPORTAÇÃO**, uma vez que o objeto desta demanda refere-se a ICMS/DIFAL pago por ocasião da ENTRADA de MERCADORIAS ADQUIRIDAS em OPERAÇÃO NORMAL e com BENEFÍCIOS DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO-ALC.

Desde a data de **02/07/2018**, a **Receita Federal do Brasil** passou a adotar a Declaração Única de Exportação-**DU-E**, visando simplificação, eficácia e segurança dos controles aduaneiros e administrativos das exportações, por meio do Portal SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior), este criado como instrumento que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, através de fluxo único e computadorizado de informações, cujo processamento é efetuado exclusiva e obrigatoriamente por esse sistema.

Trata-se então de procedimento especial operado pela Receita Federal do Brasil, onde a **DU-E** passou a substituir 03 (três) documentos: o Registro de Exportação-**RE**, a Declaração de Exportação-**DE** e a Declaração Simplificada de Exportação-**DSE**.

No Brasil foi criada a lei de integridade empresarial (**Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**), que visa o combate à corrupção e todo e qualquer ato lesivo contra a Administração Pública, principalmente pela responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, com isso, muitas empresas têm se preocupado em promover uma cultura de integridade organizacional, procurando agir conforme estabelecido em lei ou norma.

Portanto, essa lei nasceu com o objetivo de restaurar a credibilidade e a confiança na relação entre os contribuintes e a administração tributária, a fim de que cada um exerçam suas funções no estrito cumprimento à legislação de regência.



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 07

Sobre esta questão é bom que fique registrado que não se está aqui a negar a exportação pura e simplesmente, até porque no EXTRATO SIMPLIFICADO DU-E, sob o nº 19BR001232745-9, constante nos autos às (fls. 05), faz referência à NOTA FISCAL de EXPORTAÇÃO nº **20058**, até porque esta tarefa não compete ao Fisco Estadual, mas à Receita Federal, estamos aqui a enfrentar uma segunda etapa, é dizer, o exame do pedido de restituição referente à ENTRADA DE MERCADORIAS no ESTADO DE RORAIMA, OBJETO DA MENCIONADA EXPORTAÇÃO, agora sim de competência do Fisco Roraimense, porque envolve o pagamento de ICMS/DIFAL, pago ao Estado de Roraima.

Assim, nesse exame, o requerente além de ter que provar efetivamente a exportação terá que provar que o pagamento foi indevido e ainda se observou fielmente os requisitos da legislação estadual, especialmente as normas do RICMS/RR e da Lei nº. 072/94.

Pois bem, a empresa requerente pagou ICMS/DIFAL no valor de **R\$ 2.082,70** (dois mil, oitenta e dois reais e setenta centavos), referente **ICMS/DIFAL**, alegado como indevido, decorrente de AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS COM OS BENEFÍCIOS DA ZONA FRANCA/ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO, por meio da NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE ENTRADAS sob os nº **000.071.447**, emitida em **(12/08/2019)**, referentes a **1.078 CAIXAS de MARGARINA DELINE COM SAL 500G, pago por meio do DARE e seu respectivo comprovante** (fls. 09 e 10).

Vale registrar que todas as MERCADORIAS RELACIONADAS NA NOTA FISCAL DE ENTRADA NÃO FORAM ADQUIRIDAS COM FINS ESPECÍFICOS PARA EXPORTAÇÃO, PELO CONTRÁRIO, FORAM ADQUIRIDAS PARA SEREM VENDIDAS NO MERCADO INTERNO COM OS BENEFÍCIOS DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO, TANTO QUE O VALOR DO PRODUTO TEVE SIGNIFICATIVA REDUÇÃO EM SUA BASE DE CÁLCULO E CONSEQUENTEMENTE NO VALOR DO IMPOSTO, COMO SE PODE VERIFICAR NO ITEM A SEGUIR.

AS MERCADORIAS ADQUIRIDAS PELA NOTA FISCAL DE ENTRADA/AQUISIÇÃO nº **000.071.447** (fls.03), trata-se de OPERAÇÃO NORMAL, tanto que o valor dos PRODUTOS de **R\$ 41.653,92**, com os **DESCONTOS/DESONERADO** de **12%** no valor dos produtos, em virtude de terem sido destinados a ÁREA de LIVRE COMÉRCIO, ou seja, ao invés de pagar **R\$ 41.653,92**, pelos produtos pagou apenas **R\$ 36.655,45**, em razão dos



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 08

descontos **de 12%** da ALC, tendo um abate de **R\$ 4.998,47 (Nota Fiscal de Aquisição nº 000.071.447 (fls.03).**

Portanto, além dos produtos não terem sido adquiridos com fins específicos para exportação, pelo contrário, foram adquiridas com os benefícios da Área de Livre Comércio-ALC e para serem vendidos no mercado interno aos consumidores de Boa Vista/RR, ainda foram exportados de forma fracionadas, o que importa dizer que é praticamente impossível aferir-se com certeza se as mercadorias adquiridas são as mesmas que foram exportadas, já que apresentam divergências entre as quantidades adquiridas com as exportadas.

Assim, tem-se que as mercadorias foram exportadas em desacordo com os preceitos legais dos artigos 704-Q, 704-R e 704-S do RICMS/RR. Arrisco-me a dizer que a recitada aferição não será mais possível nem mesmo por Verificação Fiscal Analítica-VFA, e nem sequer por Levantamento de Estoque Físico, porque se tais mercadorias já foram exportadas, resta pois, prejudicado tal exame e torna a exportação imprecisa e defeituosa.

A exportação em si é desonerada do imposto, ou seja, não incide tributação, assim no caso, haveria ainda a necessidade de saber se a empresa exportadora já não se creditou desse imposto, vez que não é devido ser agraciados de dois benefícios ao mesmo tempo, é dizer: dos **descontos da Área de Livre Comércio** e do **aproveitamento dos créditos da exportação**, bem como se apropriou ou não indevidamente de imposto de outrem, tudo isso só seria possível, por meio de uma Fiscalização Fiscal Analítica-VFA ou de Levantamento minucioso fiscal e contábil adequado.

De modo que, na hipótese de eventual deferimento de casos dessa natureza, o que se diz apenas por argumentar, estar-se-ia homenageando a mera presunção com base em documentos que não retratam com fidelidade a operação de exportação, o que faria com que a concessão de ICMS resultasse esdrúxulo, porque ausentes as provas concretas da exportação e de observância dos requisitos legais da restituição, além do risco de se está concedendo imposto que na real pertence a contribuinte de outra unidade da federação, sem sua competente autorização, já que tais mercadorias foram adquiridas com os **benefícios/descontos da Área de Livre Comércio-ALC**, sem a observância dos preceitos legais do Art. 166, do CTN, *in verbis*:





SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 09

“**Art. 166.** A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la”.

Por fim, com relação aos benefícios da ALC, este Conselho já decidiu em situações análogas, que mercadorias adquiridas com descontos fiscais para serem vendidas no mercado interno e posteriormente exportadas com a consequente desoneração do imposto para o Estado de origem, em se confirmando essa situação, caberá ao Secretário de Estado da Fazenda de Roraima tomar as devidas providências administrativas com relação à comunicação dos Estados de origem, uma vez que o imposto desonerado diz respeito à aquelas unidades da federação.

Do exposto, uma vez não provada com precisão e certeza a exportação das mercadorias constantes da NOTA FISCAL nº **000.071.447** (fls.03), por não terem sido adquiridas com os fins específicos para exportação, e ante as divergências das quantidades, e por se tratar de exportação fracionada de produtos por meio da NOTA FISCAL de SAÍDA/EXPORTAÇÃO sob o nº **20058** (fls.04), bem como por ausência de autorização do contribuinte do Estado de origem, já que as mercadorias foram adquiridas com os benefícios/descontos da Área de Livre Comércio-ALC, voto pelo indeferimento do pedido de restituição no valor de **R\$ 2.082,70** (dois mil, oitenta e dois reais e setenta centavos), de acordo com o parecer da Procuradoria Fiscal do Estado.

É voto.

**VÍDEOCONFERÊNCIA**  
**JARBAS MENEZES DE ALBUQUERQUE**  
Conselheiro Relator



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 010

**DECISÃO:**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é requerente:  
**FRANCISCO MONTEIRO BARBOSA EIRELI,**

**RESOLVEM** os membros da **CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DE RORAIMA**, por unanimidade de votos, conhecer do pedido de restituição, para **indeferi-lo**, nos termos do inciso III, art. 21 da Lei 072/1994, de acordo com o Parecer da Procuradoria do Estado, nos termos do voto do Relator.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DE RORAIMA**, em Boa Vista-RR, 12 de junho de 2020.

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

**LÉA CRISTINA LINHARES VASCONCELOS**  
Presidente

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

**JARBAS MENEZES DE ALBUQUERQUE**  
Conselheiro Relator

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

**VILMAR LANA JÚNIOR**  
Conselheiro

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

**ALISSON OLIVEIRA LOPES**  
Conselheiro Suplente

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

**FRANKLIN DA SILVA BRAID**  
Conselheiro

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

**DIEGO SILVA LOPES**  
Conselheiro

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

**FERNANDA DOS SANTOS R. DE OLIVEIRA**  
Conselheira

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

**SANDRO BUENO DOS SANTOS**  
Procurador do Estado



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 1759/2019

Fls. 011

**TERMO DECLARATÓRIO  
SESSÃO ATRAVÉS DE VÍDEOCONFERÊNCIA**

Aos 12 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às 10h14, foi realizada a 46ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Fiscais do Estado de Roraima, através de vídeoconferência e aplicativo de mensagens (WhatsApp). Participantes na sala do aplicativo (ZOOM), sob a Presidência da Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Presidente **Léa Cristina Linhares Vasconcelos** e os Exm<sup>os</sup>. Srs. Conselheiros Representantes Fazendários, dos Contribuintes e o Procurador do Estado, respectivamente: **Jarbas Menezes de Albuquerque, Vilmar Lana Júnior, Alisson Oliveira Lopes, Fernanda dos Santos R. de Oliveira, Franklin da Silva Braid e Sandro Bueno dos Santos**, e esteve presente por vídeo chamada, através do aplicativo de mensagens (WhatsApp), Representante dos Contribuintes o Exm<sup>o</sup>. Sr. **Diego Silva Lopes**. E para constar, eu, Zanandrea Pereira Mesquita Nogueira, Secretária de Câmara, lavrei o presente termo declaratório, que vai por mim subscrita e confirmada por vídeo conferência pela Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Presidente e demais membros do Conselho.

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

Léa Cristina Linhares Vasconcelos  
**Presidente**

**VÍDEOCONFERÊNCIA**

Zanandrea P. M. Nogueira  
**Secretária de Câmara**